



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2017, resultado líquido positivo. Ao longo do ano, obtivemos sucesso na implementação de diversas melhorias operacionais. Adicionalmente, as receitas financeiras, com origem no programa Repetro, e a aplicação dos recursos oriundos de desinvestimentos contribuíram, significativamente, para os bons resultados desse ano.

Graças ao trabalho integrado e afinado da área operacional, da área de comercialização e do corpo técnico administrativo, registramos avanços significativos na performance de nossas usinas de biodiesel. As vendas de biodiesel das unidades de Montes Claros e de Candeias aumentaram 10% e tivemos excelentes indicadores de segurança, terminando o ano sem registrar nenhum acidente, vazamento ou fatalidade.

Com o aprimoramento de diversos processos industriais, eliminamos gargalos logísticos e melhoramos o fator de utilização e a produtividade de nossas unidades. Além disso, tornamos o refino de nossas plantas mais flexível, criando condições para que pudéssemos diversificar as matérias-primas utilizadas. Com isso, reduzimos custos e aumentamos nossas margens, mantendo a qualidade dos nossos produtos.

Paralelamente ao trabalho intensivo que realizamos nas usinas de biodiesel, foram concluídos, em 2017, os processos de venda de nossa participação na Guarani para Tereos e de troca de nossas ações da Nova Fronteira por ações da São Martinho. Também iniciou-se, em dezembro, a etapa de divulgação de oportunidade (*teaser*) relativa ao processo de desinvestimento de 100% na nossa

parceria no biodiesel com a BSBios. Essas ações atendem à diretriz de saída da produção de biocombustíveis estabelecida pelo Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 de nossa controladora, a Petrobras, que ratificou tal diretriz no PNG 2018-2022.

Em 2018, as perspectivas para o segmento de biodiesel são animadoras, com a entrada em vigor do B10, fato que levará ao aumento da demanda por esse biocombustível e à consequente necessidade de aumento da produção. Paralelamente a essas mudanças, também não podemos ficar indiferentes ao RenovaBio, programa do Governo Federal que irá fomentar a produção de biocombustíveis em um ambiente normativo que evolui na direção de uma economia de baixo carbono, a fim de atender aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em relação às mudanças climáticas. A geração de créditos de carbono (CBios) ajudará a equilibrar a equação econômica do segmento de biodiesel, tornando-o mais rentável.

Seguiremos focados para vencermos mais um ano de grandes desafios, perseguindo os princípios que têm nos guiado até aqui e continuando sendo o norte da nossa atividade: melhoria de produtividade e geração de caixa, com otimização de processos e redução de custos, sempre mantendo nosso padrão de excelência em segurança, meio ambiente e saúde.

Ricardo Greenhalgh Barreto Neto
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. A PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL EM 2017*

Em 2017, a Petrobras Biocombustível concentrou seus esforços no segmento de biodiesel, consolidando melhorias operacionais, que levaram à redução de custos e à geração de caixa, e buscando agregar valor para o negócio, que se mantém em um horizonte de desinvestimento.

O Plano de Negócios e Gestão (PNG) da nossa controladora, a Petrobras, determinou a saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento e preparando a companhia para um futuro baseado em uma economia de baixo carbono. Em consonância com essa estratégia, o ano de 2017 foi marcado pela conclusão dos processos de hibernação da Usina de Biodiesel de Quixadá, venda da totalidade da participação acionária na Guarani para a Tereos Participação e troca de ações da Nova Fronteira por ações da São Martinho.

1.1. Etanol

Até o final de 2016, a Petrobras Biocombustível atuou no segmento de etanol por meio de três empresas investidas - Guarani (SP), Nova Fronteira Bioenergia (GO) e Bambuí Bioenergia (MG). Em meados daquele ano, a companhia iniciou o processo de negociação para saída das parcerias. Em fevereiro de 2017, foram concluídas as operações de venda da totalidade de sua participação de 45,97% na Guarani para a Tereos Participação e a troca de ações da Nova Fronteira, coligada na qual a companhia detinha 49% do capital votante, por 24 milhões de novas ações ordinárias (SMTO3) emitidas pela São Martinho, o que correspondia a uma participação de 6,59% nessa última. Em fevereiro de 2018, por meio de leilão na Bolsa de Valores, essas ações foram alienadas e a participação da Petrobras Biocombustível no capital social da São Martinho foi encerrada.

Com relação à Bambuí Bioenergia, a companhia não exerceu, em 2017, o direito de subscrição de ações. Com isso, não aportou novos recursos, fato que levou a uma nova redução de sua participação societária na empresa mineira, a qual passou de 28,67% para 8,4%. Como o investimento na coligada já havia sido provisionado para perda em sua totalidade desde 2015, essa redução não gerou impacto no resultado da Petrobras Biocombustível.

1.2. Biodiesel e Suprimento Agrícola

A Petrobras Biocombustível terminou 2017 operando duas unidades de biodiesel - Candeias (BA) e Montes Claros (MG). Juntas, entregaram 281,3 mil m³ de biodiesel, volume 12% maior do que o que foi entregue por elas em 2016. A Usina de Quixadá, localizada no Ceará, teve seu processo de hibernação concluído em abril de 2017, dado que não havia perspectiva de melhoria dos resultados no curto prazo.

Com o objetivo de agregar valor aos processos produtivos das duas usinas, o ano foi marcado pela consolidação de melhorias operacionais, que diminuíram gargalos e tornaram as unidades mais flexíveis no processamento de matérias-primas, o que culminou com o aumento do volume de produção e venda do biodiesel, bem como a elevação do faturamento das plantas de biodiesel em operação. Mesmo com preços menores em 2017, a companhia obteve melhores margens em comparação ao ano anterior.

Com integração crescente entre as áreas de operação e de comercialização, foram realizadas algumas ações fundamentais para a redução de custos. Entre elas estão: a diversificação e o desenvolvimento de novos fornecedores para reduzir os gastos com aquisição de matéria-prima; a utilização crescente de matérias-primas alternativas, como o sebo bovino, por exemplo; a adoção de estratégias diferenciadas nos leilões de biodiesel da ANP; a mudança na estratégia de aquisição de catalisador; e o reposicionamento em relação à venda de glicerina, aumentando a participação dos produtos especiais na margem de contribuição.

Além dessas ações de natureza comercial, o arranjo funcional da equipe de operação foi otimizado e as áreas de carregamento/descarregamento das usinas receberam melhorias, atenuando gargalos logísticos e diminuindo custos. Com plantas mais flexíveis, a Petrobras Biocombustível operou com um *mix* variado de matérias-primas em 2017. Por outro lado, com maior eficiência operacional, foi possível reduzir o consumo de insumos, principalmente catalisador.

A companhia também consolidou a estratégia de atuação junto às cooperativas de agricultores familiares, com foco na região Nordeste e no semiárido, para a manutenção do Selo Combustível Social, promovendo a diversificação do *mix* de matérias-primas contratadas e mantendo a otimização dos custos de sua obtenção. Para isso, manteve parceria com 11 cooperativas (dez no Nordeste), por meio das quais são adquiridas cinco matérias-primas diferentes: três de origem vegetal (mamona, coco seco, óleo de dendê) e duas de origem animal (óleo de frango e óleo de peixe).

Além das usinas próprias, a Petrobras Biocombustível detém participação de 50% na empresa BSBios Sul Brasil, que possui duas unidades, uma localizada em Marialva (PR) e outra em Passo Fundo (RS). As duas unidades entregaram, juntas, 409,7 mil m³ de biodiesel em 2017. Em dezembro, a Petrobras informou o início da etapa de divulgação da oportunidade (*teaser*) referente ao processo de alienação de 100% de sua participação nas ações detidas pela Petrobras Biocombustível na BSBios. Em 5 de fevereiro de 2018, foi divulgado para o mercado o início da etapa não vinculante do negócio, período em que os interessados irão receber um memorando descritivo contendo informações detalhadas sobre os ativos.

A Petrobras Biocombustível, em parceria paritária com a Galp, também possui investimentos na coligada Belem Bioenergia Brasil (BBB), que abrange o cultivo de palma em uma área total de 42 mil hectares no Estado do Pará. Em função de prioridades estratégicas, os investimentos industriais, que dependem de aportes dos acionistas, foram descontinuados. Entretanto, em 2017, foi estabelecida uma parceria com a empresa local Dendê do Tauá para exploração de 22 mil hectares dos palmareais plantados no Polo Tailândia, viabilizando o ingresso de recursos para implantação de uma unidade extratora de óleo. Os estudos de parcerias para a área remanescente seguem em andamento.

(* Este relatório reflete a realidade da Petrobras Biocombustível e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria.

1.3. Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

A Petrobras Biocombustível não registrou acidentes de trabalho em 2017 e sua taxa de acidentados registráveis (TAR) foi zero. A empresa também apresentou um baixo índice de absenteísmo, registrando 1,12 de percentual de tempo perdido (PTP), mantendo-se abaixo do limite de alerta de 1,85, estabelecido para o ano. As usinas de biodiesel também não registraram nenhum vazamento de produto ao longo do ano que passou.

Os bons resultados em SMS foram potencializados por diversas ações adotadas ao longo do ano, entre as quais se destacam: treinamento sobre as regras de ouro de segurança no trabalho para todos os empregados e prestadores de serviço, com reforço dos conteúdos para as frentes de serviço das usinas; implantação do plano para redução de acidentes e melhorias estruturais na estação de tratamento de efluentes da Usina de Candeias e na área de armazenamento de resíduos sólidos oleosos da Usina de Montes Claros.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

A Petrobras Biocombustível reduziu os gastos com pessoal e melhorou a qualidade dos serviços providos pela gerência de Recursos Humanos, adequando procedimentos internos às regras do Programa E-Social e priorizando treinamentos com instrutores internos e do Sistema Petrobras. Em média, foram oferecidas 36 horas de treinamento por empregado. Em 2017, também foi criado um programa de *coaching* interno e realizadas ações para melhoria da ambiência, integrando equipes e treinando lideranças da sede e das usinas.

2. RESULTADO CONSOLIDADO

A Petrobras Biocombustível apresentou lucro líquido de R\$ 158,8 milhões, com margem líquida de 23%, revertendo um cenário de prejuízos obtidos até então. O desempenho é explicado pela melhora operacional, pelos ganhos financeiros decorrentes da aplicação dos recursos oriundos da alienação de ativos, pela remuneração das garantias prestadas no âmbito do Repetro e pela reversão da integralidade do *impairment* na BSBios, realizado em 2016. O resultado operacional foi de -R\$ 33,2 milhões. Esse resultado, ainda que negativo, representa um avanço de 80% em relação ao ano anterior.

Os ganhos operacionais se devem à melhoria da margem bruta do biodiesel e à redução dos custos com a obtenção do Selo Combustível Social e dos gastos fixos. Se forem consideradas apenas as duas unidades que se mantêm em operação, o volume produzido foi 10% maior do que no ano anterior, em um cenário marcado pela queda de 8% no preço do biodiesel em relação a 2016. Há que se destacar, ainda, o fato de a companhia não possuir dívida com instituições financeiras.

Os resultados dos investimentos da Petrobras Biocombustível apresentaram ganhos com equivalência patrimonial na BSBios (+R\$ 18,9 milhões de equivalência patrimonial e +R\$ 46,4 milhões de reversão de *impairment*) e perdas na BBB (-R\$ 110,2 milhões), explicadas pelo aporte do mesmo montante para suprir as necessidades operacionais da investida. No período de janeiro a fevereiro de 2017, foi registrada perda de equivalência patrimonial com a alienação das ações da Guarani no valor de R\$ 26,7 milhões e de R\$ 13,2 milhões na Nova Fronteira, decorrente da variação do valor das ações da São Martinho. As coligadas Bambuí e BioÓleo não impactam o resultado da companhia, pois possuem patrimônio líquido negativo e, portanto, não contabilizam equivalência patrimonial.

3. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

3.1. Membros do Conselho de Administração:

Jorge Celestino Ramos (Presidente do Conselho)
Carlos Felipe Guimarães Lodi
Luiz Fernando Marinho Nunes
Marcelo Fernandes Bragança
Ricardo Greenhalgh Barreto Neto

3.2. Membros da Diretoria Executiva

Ricardo Greenhalgh Barreto Neto - Presidente, Diretor de Biodiesel e Diretor de Suprimento Agrícola
Lair Jesus Pereira de Oliveira - Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Etanol

3.3. Membros do Conselho Fiscal:

Titulares:

José de Melo (Presidente)
Solange Arantes Dornela
Ernesto Carneiro Preciado

Suplentes:

Fabiano Maia Pereira
Heraldo da Costa Belo

4. AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível agradece todos os colaboradores e parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	288	565	Fornecedores	14	58.321	105.856
Contas a receber, líquidas	8	791.786	149.707	Impostos e contribuições	16	796	2.216
Estoques	9	44.486	49.892	Salários, férias, encargos e participações		7.052	6.066
Ativo Financeiro Disponível para venda	7	463.200	-	Cessão de recebíveis - FIDC	17	-	44.651
Ativos classificados como mantidos para venda	10	-	1.126.338	Outras contas e despesas a pagar		2.296	974
Impostos e contribuições	16	52.523	26.772			68.465	159.763
Adiantamento a fornecedores		-	3.638				
Outros ativos circulantes		539	102	Não circulante			
		1.352.822	1.357.014	Planos de pensão e saúde	18	7.626	6.007
Não circulante				Provisão para processos judiciais	23	2.775	2.618
Realizável a longo prazo				Outras contas e despesas a pagar		190	865
Adiantamento a fornecedores		-	3			10.591	9.490
Impostos e contribuições	16	7.248	7.709	Patrimônio líquido	19		
Depósitos vinculados		3.711	3.730	Capital Social		4.378.444	4.340.218
		10.959	11.442	Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
Investimentos	11	107.817	42.753	Ajustes de avaliação patrimonial		12.102	65.802
Imobilizado	12	97.675	104.866	Prejuízos acumulados		(2.882.488)	(3.041.322)
Intangível		81	116			1.490.298	1.346.938
		216.532	159.177	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.569.354	1.516.191
Total do ativo		1.569.354	1.516.191				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua



documento
assinado
digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Quarta-feira, 18 de Abril de 2018 às 03:45:36 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.


**MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2017	2016
Receita Líquida de vendas de produtos	20	682.081	838.636
Custo dos produtos vendidos	21	(708.340)	(919.896)
Prejuízo bruto		(26.259)	(81.260)
Receitas (despesas)			
Despesas de vendas	21	(6.288)	(5.608)
Despesas gerais administrativas	21	(71.960)	(83.266)
Despesas tributárias		(19.546)	(8.251)
Outras receitas, líquidas	22	90.884	9.254
		(6.910)	(87.871)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e participações em investimentos		(33.169)	(169.131)
Resultado financeiro líquido		277.054	145.294
Despesas financeiras	24	(1.483)	(9.847)
Receitas financeiras	24	286.411	154.931
Variações monetárias e cambiais, líquidas	24	(7.874)	210
Resultado de participações em investimentos	11	(85.051)	(862.027)
Lucro (Prejuízo) do exercício		158.834	(885.864)
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações do capital social - básico e diluído (em R\$)		363,45	(2.132,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2017	2016
Lucro (prejuízo) do exercício		158.834	(885.864)
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos / (Perdas) atuariais - Plano de Pensão e Saúde			
Reconhecido no patrimônio líquido	18	669	(2.780)
Itens que serão reclassificados no resultado			
Participação no resultado abrangente das investidas			
Ajustes acumulados de conversão realizado	10.1	(132.102)	140.784
Resultado não realizado - Ativo financeiro disponível para venda		8.400	-
Resultados realizados no hedge de fluxo de caixa	10.1	69.332	288.740
		(53.700)	426.744
Resultado abrangente total		105.134	(459.120)
Atribuível ao:			
Acionista da PBIO		105.134	(459.120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total
			Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 1º de janeiro de 2016	3.568.612	(17.760)	(8.682)	(352.260)	(2.155.458)	1.034.452
Integralização de capital	771.606	-	-	-	-	771.606
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(885.864)	(885.864)
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão	-	-	-	(2.780)	-	(2.780)
Ajuste acumulado de conversão - da investida	-	-	140.784	-	-	140.784
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa - da investida	-	-	-	288.740	-	288.740
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.340.218	(17.760)	(132.102)	(66.300)	(3.041.322)	1.346.938
Integralização de capital	38.226	-	-	-	-	38.226
Lucro do exercício	-	-	-	-	158.834	158.834
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão e AMS	-	-	-	669	-	669
Resultado não realizado - Ativo financeiro disponível para venda	-	-	-	8.400	-	8.400
Ajuste acumulado de conversão realizado - da investida	-	-	(132.102)	-	-	(132.102)
Resultado realizado no hedge de fluxo de caixa - da investida	-	-	-	69.332	-	69.332
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.378.444	(17.760)	-	12.102	(2.882.488)	1.490.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	158.834	(885.864)
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	2.288	1.183
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(57.357)	(2.719)
Resultado de participações em investimentos	85.051	862.027
Depreciação e amortização	2.543	5.463
Realização do ajuste acumulado de conversão - Venda Guarani	(132.102)	-
Realização do hedge de fluxo de caixa - Venda Guarani	69.332	-
Provisão (reversão) para perdas em créditos de liquidação duvidosa	2.501	(30)
Provisão (reversão) para perdas com projetos próprios cancelados	-	(62)
Provisão (reversão) para perdas na recuperação de ativos próprios	7.679	(4.173)
Valor residual baixados na Venda Guarani	(9.009)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos	8.882	5.473
Ajuste a valor de mercado de estoques	(932)	(53)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	13.169	8.360
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(24.099)	(4.318)
Estoques	6.338	(6.637)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(251)	(886)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(13.091)	(61.193)
Contas a pagar e provisões	1.041	1.718
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(3.078)	(53)
Outros passivos	(27.871)	(1.667)
Recursos líquidos aplicado nas atividades operacionais	89.868	(83.431)
Atividades de investimentos		
Aportes em investimentos	(110.232)	(348.956)
Aquisições em ativos imobilizados	(2.477)	(7.771)
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	352.907	254.502
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(953.756)	(217.518)
Recebimento pela venda de ativos (Desinvestimentos)	631.654	-
Intangível	-	(27)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(82.450)	(319.770)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aportes da Petrobras (Controladora)	38.226	404.133
Financiamento - Cessão de recebíveis - FIDC:		
Captações	14.779	203.776
Amortização de Principal	(60.700)	(206.389)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamento	(7.695)	401.520
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(277)	(1.681)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	565	2.246
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	288	565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	787.795	969.737
Descontos e abatimentos	(301)	(195)
Reversão (Perdas) em créditos de liquidação duvidosa	(2.501)	30
Receitas relativas à construção de ativos para uso	895	5.130
Outras receitas operacionais, líquidas	91.796	4.255
	877.684	978.957
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(625.574)	(805.719)
Custo das mercadorias revendidas	(15.313)	(16.577)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros	(98.120)	(97.513)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.111)	(88.556)
Resultado com projetos próprios cancelados	-	62
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	932	53
Reversão (Perda) na recuperação de ativos próprios	(7.679)	4.173
	(787.865)	(1.004.077)
Valor distribuído (consumido) bruto	89.819	(25.120)
Retenções		
Depreciação e amortização	(2.543)	(5.463)
	(2.543)	(5.463)
Valor distribuído (consumido) pela Sociedade	87.276	(30.583)
Valor recebido (consumido) em transferência		
Resultado de participações em investimentos	(85.051)	(862.027)
Receitas financeiras	286.411	154.931
	201.360	(707.096)
Valor recebido (consumido) a distribuir	288.636	(737.679)
Distribuição do valor recebido (consumido)		
Pessoal		
Remuneração direta	57.863	73.225
Salários	56.953	73.225
Participação nos resultados	910	-
Benefícios	11.685	11.294
Vantagens	2.722	3.774
Plano de aposentadoria e pensão	3.264	2.476
Plano de saúde	3.195	2.915
FGTS	2.504	2.129
	69.548	84.519
Tributos		
Federais	11.342	8.309
Estaduais	14.893	21.502
Municipais	306	297
	26.541	30.108
Instituições financeiras e fornecedores		
Despesas com juros, variações cambiais e monetárias	9.357	9.637
Despesas com aluguéis	24.356	23.921
	33.713	33.558
Acionistas		
Lucro (prejuízo) do exercício	158.834	(885.864)
Valor gerado (consumido) distribuído	288.636	(737.679)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO" ou "Companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção de etanol e biodiesel, bem como quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações.

Na execução de suas atividades, a Companhia poderá constituir subsidiárias, no país ou no exterior, participar em sociedades controladas ou coligadas, bem como associar-se, majoritariamente e/ou minoritariamente a outras sociedades. A Companhia poderá adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

A Companhia opera, na condição de arrendatária, duas Usinas de Biodiesel, de propriedade da Petrobras, sendo uma localizada em Candeias, BA e outra em Montes Claros, MG. A Usina de Biodiesel de Quixadá, CE, teve suas atividades encerradas, conforme orientação do Conselho de Administração da PBIO.

A Petrobras durante o ano de 2016 aprovou um plano de desinvestimento amplo em suas diversas áreas de atuação e em dezembro de 2017 a aprovação do Plano de Negócio e Gestão - PNG 2018-2022 confirmou a estratégia de saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia. O impacto desse plano na Companhia está descrito nas notas 1.1 e 1.2.

A Petrobras não fixa uma data para que os desinvestimentos de biocombustível se efetivem. No momento, não há decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biodiesel de Candeias e Montes Claros e existe orçamento aprovado para continuidade das operações para os próximos cinco anos e as mesmas continuam na carteira de investimentos da PBIO. A Administração afirma o entendimento da continuidade operacional da Petrobras Biocombustível S.A..

APBIO, continua com os esforços de aumento da rentabilidade das operações, melhoria de produtividade e geração de caixa, com otimização de processos e redução de custos, sempre mantendo nosso padrão de excelência em segurança, meio ambiente e saúde. Durante o exercício de 2017 os aportes realizados pela Controladora, para fins de investimentos, até a presente data, totalizam R\$ 38.226.

A Companhia foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Usinas e Investidas

Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias (BA), a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras e a usina de Montes Claros (MG) em 06 de abril de 2009.

A Companhia também possui parceria com a R.P. Biocombustíveis Ltda., antiga BSPAR - BSBios Participações S.A., na empresa BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. que possui duas usinas, uma localizada em Passo Fundo (RS) e outra em Marialva (PR). A capacidade total de produção de biodiesel das duas unidades é de 945 milhões de litros por ano. Todas as usinas têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em 2017, a Companhia investiu R\$ 1.382, em melhorias operacionais das usinas de produção e manutenção para atendimento dos requisitos de Segurança, meio ambiente e saúde.

No dia 14 de dezembro de 2017, a Petrobras informou que iniciou a etapa de divulgação da oportunidade (Teaser) referente ao processo de alienação de 100% da sua participação das ações detidas pela PBIO, na empresa BSBios.

A Companhia possui parceria com a Galp Bioenergy B.V. na empresa Belem Bioenergia Brasil (BBB), através do Programa Belém, que abrange o cultivo de palma, a extração e exportação de óleo e a produção de 270 mil toneladas anuais de *greendiesel* em Portugal. A área total plantada com palma no Pará é de 42 mil hectares. Em função de priorização de investimentos, a instalação das extratoras de óleo de palma no Brasil e a construção da planta industrial foram postergadas. Em 24 de janeiro de 2017, foi celebrada uma parceria entre a BBB e a Dendê do Tauá S.A. (Dentaú), empresa sediada no Estado do Pará que tem por objeto social a produção e comercialização de óleo de palma e derivados.

Em 2017, a Companhia realizou aportes no valor total de R\$ 110.232 na Belem Bioenergia Brasil para suprir suas necessidades operacionais.

Em outro empreendimento, com participação societária na Bioóleo Industrial e Comercial S.A. (Bioóleo), a Companhia atua no processamento de grãos de mamona, algodão e girassol e no refino de óleo vegetal bruto. A fábrica, em Feira de Santana (BA), tem capacidade instalada para o processamento de 130 mil t/ano de grãos de mamona e semirrefino de 60 mil ton/ano de óleo degomado de soja e óleo bruto de algodão. Atualmente a empresa encontra-se em processo de recuperação judicial.

1.2. Reestruturação Societária

A Companhia permaneceu em 2017 com sua participação societária na Bambuí Bioenergia S.A. (Bambuí). Na Bambuí, a moagem da cana-de-açúcar totalizou 1,16 milhão de toneladas e uma produção de 97,8 mil m³ de etanol hidratado. Em 2017, a Companhia reduziu sua participação para 8,4% (28,67% anteriormente), não exercendo, em fevereiro, seu direito de subscrição de ações. A participação de 45,97% na empresa Guarani foi alienada em fevereiro/2017 com o pagamento de US\$ 202.750 pela Tereos Participação S.A..

Em 23 de fevereiro de 2017 foi finalizada a incorporação da Nova Fronteira pela São Martinho com o recebimento pela PBIO de 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho. Com essa transação, a Companhia passou a deter 6,593% das ações da São Martinho, em substituição à sua participação de 49% na Nova Fronteira. Em fevereiro de 2018, conforme detalhado na nota 27.2, todas as ações da São Martinho foram alienadas.

A alienação da participação da Guarani e a troca de ações da Nova Fronteira pela São Martinho estão alinhadas ao Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 da Petrobras, que prevê sua saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento.

2. Entidades do Grupo

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía participação nas seguintes entidades:

	% Participação no capital			
	2017		2016	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Empreendimentos controlados em conjunto				
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	-	-	49,00%	49,00%
Belem Bioenergia Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Demais Investimentos				
Bambuí Bioenergia S.A.	8,40%	8,40%	28,67%	28,67%
Guarani S.A.	-	-	45,97%	45,97%

3. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na nota explicativa 5.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 06/04/2018, aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

3.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de seus Empreendimentos Controlados em Conjunto e Coligadas no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

As variações cambiais sobre os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1. Instrumentos financeiros

4.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1.2. Título e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários compreendem investimentos em títulos de dívida e patrimônio. Inicialmente mensurados ao valor justo, esses instrumentos são classificados e subsequentemente mensurados conforme abaixo:

- Valor justo por meio do resultado: incluem títulos adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. Mensurados ao valor justo, cujas alterações são reconhecidas no resultado como receitas (despesas) financeiras;
- Mantidos até o vencimento: incluem títulos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva; e
- Disponíveis para venda: incluem títulos não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Mensurados ao valor justo cujas alterações são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para resultado do exercício quando o instrumento é desreconhecido ou realizado.

Alterações posteriores atribuíveis a juros, variação cambial e inflação são reconhecidas no resultado do exercício para todas as categorias, quando aplicáveis.

4.1.3. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas com crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas e outras despesas operacionais.

4.1.4. Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia registra os instrumentos no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração, da seguinte forma:

- A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
- A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.
- A Companhia tem como passivos financeiros não derivativos os fornecedores, contas a pagar a empresas ligadas e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais de instrumento, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia baixa um passivo quando tem suas obrigações retiradas, canceladas ou vendidas.

4.2. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreende, principalmente, os estoques de oleaginosos e seus óleos, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os produtos contemplam, principalmente, biocombustíveis, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de biodiesel.

Os materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

4.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

A Companhia participa em empreendimentos controlados em conjunto, sendo assim as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

4.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor, deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e não é amortizado. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas, que não resultem em alteração de controle não são consideradas em uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

O ágio relativo à aquisição de participação em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é segregado em "expectativa de rentabilidade futura - *goodwill*" e "mais valia de ativos", apresentados nas demonstrações financeiras no grupo investimento, sendo seu valor recuperável testado anualmente.

4.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são reconhecidos no ativo imobilizado quando os requisitos de reconhecimento são atendidos. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Continua


**MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**


Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

4.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), sendo composto por softwares. Nas demonstrações financeiras, o ágio (*goodwill*) é apresentado no investimento.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

4.7. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs).

Os ativos vinculados à produção de biocombustíveis têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as sinergias do sistema Petrobras e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

4.7.1. Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto - *Impairment*

A Companhia avalia os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto quando há indicativos de não recuperação do valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, é comparado com o seu valor recuperável.

Geralmente, o valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado, proporcional à participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da coligada ou empreendimento controlado em conjunto, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições.

A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é permitida.

4.8. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

A Petrobras aprovou um plano de desinvestimento e está estudando oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de ativos para potencial alienação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Estes ativos e seus passivos associados devem ser mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

Todos os ativos classificados nessa categoria foram realizados em 2017.

4.9. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.11. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente tributante, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.12. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquidos dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de

alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia contribui para o plano com característica de contribuição definida, cujo percentual é baseado na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.13. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

4.14. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de *hedge* de fluxo de caixa e de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão e saúde com contribuição definida, ajuste acumulado de conversão, bem como efeito não realizado de investimentos disponíveis para venda.

4.15. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como outras receitas ao longo do período, decorrente da redução de ICMS.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, quando for aplicável.

A Companhia possui incentivos fiscais em dois Estados a saber:

Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE - instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, tem por objetivos de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial desse Estado.

Incentivo Fiscal Minas Gerais - Este incentivo firmado com o Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria Estadual de Fazenda, como contrapartida a investimentos realizados na unidade industrial situada no município de Montes Claros-MG, contempla diferimento de ICMS na aquisição de matérias primas e redução de saldo devedor do imposto.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou como receita com tais incentivos, o montante de R\$ 12.002 conforme nota explicativa 22.

4.16. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas pela concessão de fianças, receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre eventuais atrasos em pagamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGC's envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão.

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, conseqüentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente.

UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e ii) investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre investimentos e redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 11 e 13.2.

5.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capita*) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

5.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 23.

5.4. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

6. Novas Normas e Interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

6.1. International Accounting Standards Board (IASB)

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 9 - Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de *hedge* e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A Companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Continua



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a Companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

Perda no valor recuperável (Impairment)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A Companhia aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não identificou perdas adicionais de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 15 - Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substitui uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 - *Revenue*.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, à época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou, quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

Os requerimentos do IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Especificamente o novo pronunciamento traz um modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento: (i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A Companhia pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - *Leases*; IFRIC 4 - *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 - *Operating Leases - Incentives*; e SIC-27 - *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 - *Agriculture* mantidos por arrendatário;
- Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*;
- Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e
- Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 - *Intangible Assets* para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17. A Companhia está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16 que poderá causar um aumento significativo de ativos e passivos no seu balanço patrimonial. A Companhia também está avaliando os potenciais efeitos no lucro líquido, no fluxo de caixa e nas notas explicativas.

6.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	IFRS 15 - <i>Revenue from Contracts with Customers</i>	1º de janeiro de 2018
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	1º de janeiro de 2018
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - <i>Leases</i>	1º de janeiro de 2019

7. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Caixa e Bancos	288	565
	288	565

Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Ativo financeiro disponível para venda	463.200	—
	463.200	—

Os títulos classificados como disponíveis para venda se referem ao montante equivalente a 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações ordinárias emitidas pela São Martinho em substituição e na proporção das ações que detinhamos na investida Nova Fronteira, conforme nota explicativa 10.1.

8. Contas a receber, líquidas

	2017	2016
Terceiros	2.026	1.709
Partes relacionadas	130.016	143.788
Recebíveis de ativos financeiros (i)	662.834	4.628
Outras	286	457
	795.162	150.582
(-) PCLD	(3.376)	(875)
Total	791.786	149.707

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP, é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 26.3.

9. Estoques

	2017	2016
Matéria-prima	347	325
Produtos intermediários	22.927	31.861
Produtos acabados (*)	15.995	14.304
Materiais	5.703	4.820
(-) Ajuste a valor de mercado de estoques	(486)	(1.418)
Total	44.486	49.892

(*) Biodiesel, glicerina, borra de refino e ácido graxo.

10. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

Os Planos de Negócios e Gestão da Petrobras e da Companhia preveem parcerias estratégicas e desinvestimentos. A carteira de ativos para potencial alienação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios e, por essa razão, a condição para a classificação de ativos como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pelo Conselho de Administração.

10.1. Venda de ativos

Venda da Nova Fronteira

Em 15 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou acordo com o Grupo São Martinho para Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A. pela São Martinho.

A Companhia recebeu 24.000.000 (vinte e quatro milhões) ações ordinárias, emitidas pela São Martinho, representando 6,593% do capital votante. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 12 de janeiro de 2017.

A Companhia reconheceu perda de R\$ 99.518, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pela diferença entre o valor justo dos ativos e seu valor contábil.

Essa negociação foi aprovada pelo conselho de administração da Petrobras e na Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Companhia em 15 de dezembro de 2016.

Em 23 de fevereiro de 2017, a operação foi concluída e as ações foram classificadas como ativo financeiro disponível para venda.

Em 27 de dezembro de 2017, foi deliberado em AGE da Companhia a autorização da venda das ações da São Martinho em lote de ações (modalidade *block trade*). A partir dessa autorização, tais ações podem ser negociadas a qualquer momento, conforme estratégia definida por sua Controladora.

Em fevereiro de 2018, conforme detalhado na nota 27.2, todas as ações da São Martinho foram alienadas.

Venda da Guarani

Em 28 de dezembro de 2016 a Companhia, celebrou a venda da Guarani S.A. na totalidade de sua participação (45,97%), para a Tereos Participations S.A.S. pelo valor de US\$ 202.750. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 18 de janeiro de 2017.

Essa operação gerou uma perda de R\$ 235.191, registrada no resultado de participações em investimentos, em dezembro de 2016.

Essa negociação foi aprovada pelo CA da Petrobras e na AGE da Companhia em 28 de dezembro de 2016 e a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 18 de janeiro de 2017.

Em 3 de fevereiro de 2017, a operação de venda foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato e em decorrência desta operação, foi reclassificado para resultado, como outras despesas líquidas, um ganho de R\$ 132.102, oriundo da apreciação cambial do Metical moçambicano frente ao Real, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, compensado pela reclassificação do saldo de R\$ 69.332 referente a *hedge* de fluxo de caixa, conforme nota explicativa 22.

11. Investimento

11.1. Mutação dos Investimentos

Empresa	2016	Aporte Aquisição	Resultado de Equivalência	Impairment/Reversão		Amortização da mais valia de ativos	2017
				Participação	Agio e Mais Valia		
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	—	—	(1.981)	1.981	—	—	—
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	42.753	—	18.916	—	46.447	(299)	107.817
Belem Bioenergia Brasil S.A.	—	110.232	(182.959)	72.727	—	—	—
Total	42.753	110.232	(166.024)	74.708	46.447	(299)	107.817

As investidas Belem Bioenergia Brasil S.A. e Bioóleo Industrial e Comercial S.A. estão com *impairment* integral desde 2016 e os registros gerados no ano de 2017 trata-se de ajustes contábeis que se anulam entre as linhas de equivalência patrimonial e *impairment* não tendo impacto, portanto, no resultado final da Companhia.

11.2. Informações sobre as Investidas

	31 de dezembro de 2017				Lucro líquido (prejuízo) do exercício
	Capital subscrito	Ações Ordinárias em milhares	% de Participação	Patrimônio líquido	
Empreendimentos controlados em conjunto					
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	20.440	20.440	50,00%	(16.588)	(11.192)
BSBios Ind. e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.	158.516	6.481	50,00%	97.837	38.347
Belem Bioenergia Brasil S.A.	983.934	983.934	50,00%	442.113	(61.705)
Demais Investimentos					
Bambu Bioenergia S.A.	188.562	748.801	8,40%	(97.662)	(86.725)

11.3. Informações Contábeis Resumidas de Empreendimentos Controlados em Conjunto

	Empreendimentos controlados em conjunto	
	Pais	
Ativo Circulante	388.635	
Ativo Realizável a Longo Prazo	77.819	
Imobilizado	350.356	
Outros Ativos Não Circulantes	368.859	
	1.185.669	
Passivo Circulante	274.904	
Passivo não Circulante	387.403	
Patrimônio Líquido	523.362	
	1.185.669	
Receita Operacional Líquida	2.043.519	
Prejuízo Líquido do Exercício	(34.550)	
Percentual de Participação Mínimo	50,00%	
Percentual de Participação Máximo	50,00%	

12. Imobilizado

O ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2017 estava representado da seguinte forma:

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	82.831	5.626	9.833	98.290
Adições	1.176	1.465	5.130	7.771
Baixas	97	(35)	—	62
Transferências	7.034	—	(7.034)	—
Depreciação	(4.522)	(908)	—	(5.430)
Impairment - reversão	4.173	—	—	4.173
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90.789	6.148	7.929	104.866
Custo	122.512	11.257	7.929	141.698
Depreciação acumulada	(31.723)	(5.109)	—	(36.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90.789	6.148	7.929	104.866
Adições	—	2.128	895	3.023
Baixas	—	(27)	—	(27)
Transferências	278	(264)	(14)	—
Depreciação	(1.655)	(853)	—	(2.508)
Impairment - constituição	(6.518)	(519)	(642)	(7.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	82.894	6.613	8.168	97.675
Custo	116.272	12.575	8.168	137.015
Depreciação acumulada	(33.378)	(5.962)	—	(39.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	82.894	6.613	8.168	97.675
Tempo de vida útil médio em anos	(25 a 50 anos)	(10 a 30 anos)		(exceto terrenos)

Continua



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados inicialmente ao seu valor de custo, complementado pelos gastos necessários à sua instalação e funcionamento. O valor de realização é testado anualmente para eventuais ajustes em seu custo, caso seja necessário. A depreciação é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

As benfeitorias referem-se à ampliação da capacidade de produção das usinas de biodiesel, de propriedade da Petrobras. Essas usinas estão arrendadas pela Companhia e são regidas por um contrato de arrendamento onde não são previstas quaisquer devoluções de valores gastos em benfeitorias pela Companhia.

As benfeitorias realizadas pela Companhia são depreciadas pela sua vida útil, seguindo o pressuposto da renovação automática do contrato, conforme política contábil da Petrobras.

Os gastos relacionados aos ativos em construção, que totalizam em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 8.168 (2016 - R\$ 7.929) referem-se, principalmente: (i) melhorias nas usinas de biodiesel visando a otimização e o aumento da confiabilidade nas unidades de pré-tratamento, transesterificação e off-site; (ii) adequações do parque de tançagem; e (iii) ampliações nas instalações prediais.

13. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

13.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados com indicio de desvalorização, a Companhia priorizou o emprego do valor em uso dos ativos (agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC) a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo ou do conjunto de ativos que compõem a UGC; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e (iii) taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) pós imposto. A definição de unidades geradoras de caixa (UGCs) está descrita na nota explicativa 4.7.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGC's foram: i) taxa de desconto de 8,3% para 2017 (10,2% - 2016); ii) aplicação da nova curva de câmbio aos preços em dólar projetados para o óleo de soja e a curva de preços de biodiesel projetada em reais; iii) aplicação de novos spreads em relação ao óleo de soja Paranaíba e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido a novas condições de mercado.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente. A nova UGC é composta pelas usinas de Montes Claros e Candeias. Adicionalmente, a Companhia identificou, em função da mudança de UGC, a necessidade de testes de perda por desvalorização para determinados ativos e unidades geradoras de caixa. As perdas oriundas dos testes realizados foram reconhecidas em outras despesas líquidas.

Os resultados dos testes são apresentados a seguir:

31 de dezembro de 2017			
Ativo	Valor contábil líquido	Valor Recuperável	Reversão/(Perda) por desvalorização
Usinas de Biodiesel	99.468	91.789	(7.679)
31 de dezembro de 2016			
Ativo	Valor contábil líquido	Valor Recuperável	Reversão/(Perda) por desvalorização
Usinas de Biodiesel	101.723	105.896	4.173

13.2. Investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (incluindo ágio)

Nas avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto, incluindo ágio, foi utilizado o método do valor em uso, a partir de projeções que consideraram: horizonte de projeção do intervalo de 5 a 15 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia e suas investidas; e taxa de desconto pré-imposto (em termos reais), que deriva do WACC pós imposto.

A avaliação dos investimentos resultou na reversão de R\$ 46.447, apurada pela avaliação do teste de Impairment, decorre principalmente: (i) Aumento na capacidade de produção; e (ii) Redução da taxa de desconto de 10,2% para 8,3%.

A seguir são apresentadas as perdas dos investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

31 de Dezembro 2017			
Investimento	Atividade	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Reversão por valorização
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel	Biodiesel e Suprimento Agrícola	8,3%	46.447
Total			46.447
31 de Dezembro 2016			
Investimento	Atividade	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Perda por desvalorização
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	(3.620)
Belem Bioenergia Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	(48.944)
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	(46.447)
Sul Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	1.820
Bambuí Bioenergia S.A.	Etanol	10,2%	(359.056)
Guarani S.A.	Etanol	10,2%	(456.247)
Total			(456.247)

13.3. Mantidos para venda

31 de Dezembro 2017			
	Valor contábil	Valor de venda	Perda por desvalorização
Guarani S.A.	658.338	631.654	(26.684)
Nova Fronteira S.A.	468.000	454.800	(13.200)
Total			(39.884)
31 de Dezembro 2016			
	Valor contábil	Valor de venda	Perda por desvalorização
Guarani S.A.	893.529	658.338	(235.191)
Nova Fronteira S.A.	567.518	468.000	(99.518)
Total			(334.709)

14. Fornecedores

	2017	2016
Terceiros no país	43.680	56.277
Terceiros no Exterior	-	4.284
Partes relacionadas	14.641	45.295
Total	58.321	105.856

15. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos eram compostos como segue:

	2017	2016
Ativo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (i)	121.525	135.283
Outras	8.491	8.505
Total	130.016	143.788
Passivo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (ii)	9.656	38.724
Outras	4.985	6.571
Total	14.641	45.295
Resultado		
Receita Líquida de vendas		
Petróleo Brasileiro (iii)	676.462	806.548
Despesas compartilhadas		
Petróleo Brasileiro (iv)	(72.077)	(90.263)
Resultado financeiro, líquido		
Petróleo Brasileiro (v)	217.753	147.712

(i) Os créditos junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, são provenientes das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

(ii) O saldo a pagar refere-se, principalmente, a provisão de salários e encargos de empregados da Petrobras, cedidos ou prestadores de serviços à Companhia;

(iii) A venda de biodiesel para a Petrobras representa 100% do volume total nos exercícios de 2017 e 2016;

(iv) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos (2017 - R\$ 29.980 e 2016 - R\$ 51.823), gastos com arrendamento das usinas de biodiesel (2017 - R\$ 20.722 e 2016 - R\$ 19.354), os serviços compartilhados (2017 - R\$ 13.725 e 2016 - R\$ 9.197), gastos com compartilhamento de custos e despesas - CCCD (2017 - R\$ 7.652 e 2016 - R\$ 9.889); e

(v) Os valores referem-se, principalmente, as receitas oriundas das operações de fiança (2017 - R\$ 222.224 e 2016 - R\$ 151.982) e despesas, com a atualização do atraso no pagamento de gastos com pessoal cedido, arrendamento e contrato de compartilhamentos de custos e despesas - CCCD.

15.1. Garantias

A Companhia firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das jazidas de Petróleo e de Gás Natural.

A Petrobras, remunera a Companhia com o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento) ao ano pro-rata sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2017 foi auferida a receita de R\$ 222.224 (2016 - R\$ 151.982), conforme nota explicativa 24.

As garantias concedidas pela Companhia apresentam os seguintes saldos a liquidar:

	2017	2016
2018	1.612.689	1.224.898
2019	4.945.997	4.459.647
2020	24.302.377	15.709.125
2021	-	63.929
2022	-	-
2023 em diante	510.572	326.798
Total	31.371.635	18.457.565

No exercício de 2017, a remuneração atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros totalizava o valor de R\$ 3.911 (2016 - R\$ 4.594).

16. Tributos

16.1. Tributos correntes

A conta de impostos e contribuições correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 se compõe de:

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
ICMS	6.318	5.678	667	1.672
PIS/COFINS	38.528	25.705	-	-
IRRF	12.486	1.129	-	384
IPI	2.084	1.658	-	-
Outros tributos	355	311	129	160
Total	59.771	34.481	796	2.216
Circulante	52.523	26.772	796	2.216
Não circulante	7.248	7.709	-	-

16.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2017	2016
Lucro (prejuízo) do exercício	158.834	(885.864)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(54.004)	301.194
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais	4.081	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	99.690	(284.339)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(71.108)	(16.855)
Outros (**)	21.341	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-

(*) Inclui equivalência patrimonial.

(**) Realização de resultado abrangente por alienação da investida Guarani.

Em 31 de dezembro de 2017, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 2.210.588 e R\$ 2.211.135 (2016 - R\$ 1.345.736 e R\$ 1.346.256). A Companhia não efetuou o registro do ativo fiscal diferido por não atender cumulativamente as condições estabelecidas no CPC 32.

17. Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC

A Companhia possui um limite de R\$ 50.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras.

O processo de antecipação de recebíveis é gerido pelo Caixa Nacional da Controladora com um custo de 100,5% do CDI por operação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui créditos tomados junto ao FIDC.

18. Benefícios concedidos a empregados

18.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano foi implementado pela Companhia, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

O plano de contribuição definida possui uma parcela de benefício definido que refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2017, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 2.333 (2016 - R\$ 1.990).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018 conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

Com a adoção da lei nº 13.135/2015, os cônjuges com menos de 44 anos deixam de ter direito à pensão vitalícia e passam a seguir uma tabela de progressão. Nesse sentido, houve o reconhecimento de uma receita atuarial com custo do serviço passado.

A contribuição esperada da Companhia para 2018 é de R\$ 2.241, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2017 é de 20,24 anos.

18.2. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras Biocombustível S.A. mantém um plano de assistência médica (AMS) pós-emprego a todos os seus empregados a partir de 1º de setembro de 2014.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2017 é de 40,81 anos.

Resoluções CGPAR

Em 18 de janeiro de 2018, a Comissão Internacional de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), através das resoluções CGPAR nº 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

A Companhia tem até 48 meses para adequação do seu plano de saúde AMS às novas regras e está avaliando os impactos que a implementação da Resolução CGPAR nº 23 poderá causar, dentre eles, uma provável redução no passivo atuarial, tendo em vista a mudança da regra de participação da empresa no custeio do plano, que passará a respeitar limite paritário, entre a Companhia e os participantes.

(a) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Obrigação atuarial no início do exercício	2.738	3.269	833	1.212
Custo do serviço corrente	539	1.098	282	602
Custo dos juros	296	355	121	178
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(738)	32	(107)	37
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(102)	(35)	(317)	(52)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	544	(333)	1.926	1.292
Custo de Serviço Passado - Redução do Plano	-	-	-	-
Obrigação atuarial no fim do exercício	3.277	4.386	2.738	3.269

(b) Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Ativos do plano no início do exercício	-	-	-	-
Receita de juros	-	-	-	-
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	(37)	-	-	-
Ativos do plano no fim do exercício	(37)	-	-	-

(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Não circulante				
Valor presente das obrigações	3.277	4.386	2.738	3.269
Valor Justo dos Ativos do Plano	(37)	-	-	-
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	3.240	4.386	2.738	3.269

(d) Movimentação do passivo atuarial líquido

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Saldo em 1º de janeiro	2.738	3.269	833	1.212
(+) Efeitos remens. reconhecidos em outros resultados abrangentes	(333)	(336)	1.502	1.277
(+) Custos incorridos no exercício	835	1.453	403	780
(-) Custo de Serviço Passado - Redução do Plano	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	3.240	4.386	2.738	3.269

(e) Premissas atuarias adotadas no cálculo

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	9,63	9,59	10,84	10,87
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	9,63	-	10,84	-
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	5,04	-	7,57	-
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	3,96	3,96	4,87	4,87
Inflação (% a.a.)	3,96	3,96	4,87	4,87
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)		11,30 a 4,50		13,91 a 4,00

19. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 4.378.444 (2016 - R\$ 4.340.218), está representado por 437.844.373 ações ordinárias (2016 - 434.021.773 ações ordinárias) sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 20 de março de 2017, foi efetuado aumento de capital no montante total de R\$ 38.226, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, conforme poderes outorgados pelo acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

O saldo remanescente de ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 12.102 refere-se, principalmente, a realização da operação de hedge de fluxo de caixa e ajuste acumulado de conversão na alienação da investida Guarani de (R\$ 62.770), e ao resultado ainda não realizado nas atualizações do ativo financeiro disponível para venda no montante de R\$ 8.400, no exercício de 2017.

O lucro do ano de 2017 foi de R\$ 158.834, decorre, principalmente, pelo resultado financeiro R\$ 277.054, destacando as receitas nas operações de fiança, compensado pelo prejuízo antes do resultado financeiro líquido (R\$ 33.169) e com o Resultado de participações em investimentos (R\$ 85.051).

20. Receita de Vendas de Produtos

	2017	2016
Receita bruta de vendas	787.494	969.543
Encargos de vendas	(105.413)	(130.907)
Receita líquida de vendas	682.081	838.636

21. Custo do produto vendido e despesas por natureza

	2017	2016
Depreciação e amortização	(2.543)	(5.463)
Despesas com pessoal (i)	(69.548)	(84.519)
Matérias-primas / produtos adquiridos	(635.675)	(850.103)
Serviços contratados, fretes, alugueis e encargos gerais	(73.950)	(78.615)
Perda na recuperação de ativo	(7.679)	4.173
Incentivos fiscais	12.002	19.662
Tributárias	(19.546)	(8.251)
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AVRL (ii)	932	53
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	132.102	-
Realização de fluxo de caixa - Hedge	(69.332)	-
Impostos e taxas	-	(327)
Outros	17.987	(4.377)
	(715.250)	(1.007.767)
Custo do produto vendido	(708.340)	(919.896)
Despesas com vendas	(6.288)	(5.608)
Despesas gerais administrativas	(71.960)	(83.266)
Despesas tributárias	(19.546)	(8.251)
Outras receitas, líquidas	90.884	9.254
	(715.250)	(1.007.767)

(i) Incluído a remuneração atribuída à diretoria executiva e conselheiros no valor de R\$ 3.911 (2016 - R\$ 4.594); e

(ii) Ajuste a valor de mercado - AVM reflete a diferença apurada entre os custos de produção, destacando-se a aquisição de matéria-prima, com os preços de realização líquidos das despesas de venda, registrados em custo.

22. Outras receitas, líquidas

	2017	2016
Assistência técnica e sementes	(777)	(2.730)
Incentivos Fiscais (i)	12.002	19.662
Perda de recuperação de ativos	1.303	4.173
Ociosidade	(1.930)	(9.348)
Ganho e provisão judicial (ii)	24.243	(3.287)
Baixa do ajuste acum. Conversão (iii)	132.102	-
Baixa do hedge fluxo de caixa (iii)	(69.332)	-
Outras despesas	(6.727)	784
	90.884	9.254

(i) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS nos estados da Bahia e Minas Gerais;

(ii) Ganho do pagamento, pela Tereos Participations, de contingências judiciais (R\$ 25.373), na venda da investida Guarani; e

(iii) Realização do Ajuste Acumulado de Conversão e Hedge Fluxo de Caixa na venda da investida Guarani.

23. Processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais prováveis provisionados, são apresentados a seguir:

	2017	2016
Passivo não circulante		
Processos Trabalhistas	2.406	2.441
Processos Fiscais	351	165
Processos Cíveis	18	12
	2.775	2.618

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2017	2016
Processos Trabalhistas	5.972	5.850
Processos Fiscais (i)	118.910	129
Processos Cíveis	728	728
	125.610	6.707

(i) Refere-se ao auto de infração no valor de R\$ 117.673 apontando como supostas irregularidades a "utilização indevida de créditos de PIS e COFINS e a "glosa de créditos de "PIS e COFINS" (saldo credor remanescente). Contudo, a PBIO é uma empresa que apura imposto de renda pelo lucro real e, portanto, apura e recolhe PIS/COFINS pelo regime de incidência não-cumulativa desses tributos.

24. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas Financeiras sobre fiança (*)	222.224	151.982
Receitas de Aplicações Financeiras	57.357	2.719
Receitas Financeiras - contas a receber vendas	9	90
Juros Recebidos de Clientes	6.821	140
Despesas Financeiras - Terceiros	(166)	(105)
Despesas Financeiras - Partes Relacionadas	(1.317)	(9.742)
Variação Cambial e Monetária	(7.874)	210
	277.054	145.294

(*) Detalhamento na nota explicativa 15.1.

25. Compromissos

Convênios: Petrobras Biocombustível e Entidades Governamentais

No âmbito da sua atuação no semiárido, a Companhia firmou um Convênio com o Governo estadual da Bahia, em janeiro de 2014, e dois com o Governo do Ceará, em dezembro de 2013, objetivando o atendimento de agricultores e aquicultores familiares contratados para fornecimento de oleaginosas.

Com o Governo do Estado da Bahia foi firmado um compromisso para incrementar a produção agrícola com assistência técnica e preparo mecanizado de solo, oferecidos a 8.700 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona, girassol e óleo de dendê. Ressalta-se que não houve repasse financeiro entre os partícipes.

O Convênio celebrado com o Estado do Ceará prevê atendimento a 6.000 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona através de assistência técnica, preparo mecanizado de solo e adubação com foco no aumento da produção e da produtividade.

Estes convênios não obrigam a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, não gerando qualquer obrigação financeira para a Companhia. Os compromissos firmados envolvem recursos totais de aproximadamente R\$ 7.674 (Bahia), em 40 meses e R\$ 2.967 (Ceará) em 36 meses, mediante o fornecimento das oleaginosas.

Com o Governo do Estado do Ceará, foi firmado novo convênio de 24 meses, em dezembro de 2014, com a Secretaria da Pesca e Aquicultura do Ceará (SPA/CE), sem transferência de recursos financeiros, visando a prestação de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) a 689 piscicultores que atuam nos açudes do Castanhão e Orós, fornecedores do óleo presente nas vísceras de peixe (ou OGR de Peixe), para fins de contabilização do Selo Combustível Social e produção de biodiesel.

A safra 2015/2016 (ano fiscal 2016) foi a última abrangida pelos convênios celebrados com os Estados da Bahia e Ceará, sendo que o número de agricultores familiares atendidos e considerados para fins de Selo Combustível Social foram de 806 agricultores produtores de mamona e 29 produtores de peixes. Os números desta safra ficaram abaixo da expectativa inicial devido às adversidades climáticas que ocorreram nas áreas de atuação da companhia.

Em 2017 não tivemos nenhum convênio celebrado com órgãos públicos.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

26.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	2017	2016
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	288	565
Contas a receber	791.786	149.707
Ativo financeiro disponível para venda	463.200	-
Passivos		
Fornecedores		
Terceiros	43.680	60.561

26.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

26.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

26.3.1. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco, consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

Continua


**MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**


Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

26.3.2. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos, transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

26.3.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

26.3.4. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

26.4. Seguros (não auditado)

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas de biodiesel possuem cobertura de seguro com a empresa Chubb Seguradora S.A., com vigência de 30 de novembro de 2016 até 31 de maio de 2018, com riscos cobertos no valor de R\$ 196.063 e valor de franquia de R\$ 2.000.

27. Eventos subsequentes

27.1. Investimento:

Em 05 de fevereiro de 2018, a Petrobras em continuidade ao fato relevante divulgado em 14 de dezembro de 2017, informou o início da fase não vinculante referente ao processo de alienação de 100% da participação detida pela Petrobras Biocombustível S.A. - P BIO na empresa BSBios Ind. E Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A., que corresponde a 50% do capital da empresa.

Nesta etapa do projeto, os interessados habilitados na fase anterior e que assinaram o Acordo de Confidencialidade e a Declaração de Conformidade, receberão um memorando descritivo contendo informações mais detalhadas sobre os ativos em questão, além de instruções sobre o processo de desinvestimento, incluindo as orientações para elaboração e envio das propostas não vinculantes.

27.2. Instrumento financeiro disponível para venda

Em 16 de fevereiro de 2018, a Petrobras Biocombustível S.A. - P BIO alienou, nesta data, por meio de leilão na B3, 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações da São Martinho S.A. (SMT03) detidas pela companhia, ao preço de R\$ 18,51 (dezoito reais e cinquenta e um centavos) por ação.

A companhia esclarece ainda que, com essa venda, a sua participação de 6,593% no Capital Social total da São Martinho S.A. foi encerrada.

27.3. Diluição do investimento Bioóleo

Em 13 de março de 2018, o acionista da Bioóleo Comercial e Industrial S.A., realizou o aumento de capital de R\$ 1.480, gerando a diluição de participação societária da P BIO (de 50,00% para 6,0674%). A diluição está em linha com o plano estratégico da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa 1.

A Companhia esclarece que essa negociação está sujeita à autorização do Juiz da 4ª Vara de Feitos de Relações de Consumo, Cível e Comerciais - Feira de Santana.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 JORGE CELESTINO RAMOS
Presidente

 LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
Conselheiro

 RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
Conselheiro

 CARLOS FELIPE GUIMARÃES LODI
Conselheiro

 MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

 RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
Presidente

 LAIR JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA
Diretor

 ROBSON HONORATO
Contador
CRC-RJ-086473/O-7

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Petrobras Biocombustível S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relacionadas a receita de vendas e contas a receber da Companhia é realizada com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 3 de abril de 2017.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2018

 KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

 Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A.

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, bem como a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2017.

Com base nos exames efetuados pelos conselheiros, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, com data de 06 de abril de 2018 o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos encontram-se em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2018.

 José de Melo
Presidente

 Solange Arantes Dornela
Conselheira

 Ernesto Carneiro Preciado
Conselheiro